

O grau de precisão e objectividade atingido pelos três autores deste relatório é hoje facilmente observado ao confrontar o que decorreu no Bloco de Leste, nos 18 meses que sucederam ao período em que os três relatores se debruçaram sobre a questão e fizeram o respectivo relato.

É este, de resto, o principal mérito dos trabalhos produzidos pelos membros da Comissão Trilateral: não representando oficialmente a opinião da organização — a qual pela sua natureza eminentemente informal e não institucionalizada não pode ter posições públicas formais — representam todavia a linha de pensamento dos relatos, e na medida em que os relatórios são largamente analisados e debatidos nas reuniões da Comissão antes que a versão final venha a público, de certo modo se poderá dizer que reflectem também aquilo que a generalidade dos seus membros pensa sobre as matérias neles tratadas.

O presente relatório é um trabalho notável, tanto na sua forma como, e principalmente, no seu conteúdo e oportunidade: merece a pena ser lido — e meditado.

A Europa está em profundas modificações: é uma notável demonstração da sua vitalidade, mas terá que ser também uma demonstração da sua capacidade de realização, de concretização das ideias, impulsos e ambições dos Europeus.

A reunião Plenária da Comissão Trilateral de 1992, que se prevê venha a ter lugar em Lisboa, em Abril desse ano, irá permitir que Portugal faça sentir a sua voz neste Forum numa altura de especial importância e interesse — até pela ressonância que o facto de Portugal presidir à C.E.E. nessa altura lhe concederá.

ANTÓNIO VASCO DE MELLO
Presidente do Grupo Português da Comissão Trilateral

Prefácio dos autores

As relações Leste-Oeste entraram numa nova fase. As mudanças nas políticas interna e externa da União Soviética já afectaram o clima e, em certas áreas, a substância das relações Leste-Oeste. As políticas de Mikhail Gorbachev sugerem novas aproximações ao futuro do sistema interno da União Soviética, à sua política externa e às relações Leste-Oeste. Seria, todavia, um erro analisar essa evolução ou definir as políticas ocidentais em função de uma única personalidade; para serem duradouras, essas políticas têm de ter em conta as necessidades fundamentais com que se enfrenta a União Soviética, e as oportunidades que se apresentam às democracias. Preparámos este relatório com a convicção de que os nossos países enfrentam um desafio que moldará o futuro das relações internacionais nas próximas décadas. Até à data, os nossos países não encontraram um consenso acerca do significado deste desafio, da medida em que reflecte uma mudança duradoura nas políticas soviéticas ou, sequer, das nossas próprias atitudes em relação a essa mudança.

Alguns crêem que, enquanto muito mais mudanças não ocorrerem na União Soviética, as democracias industriais devem prudentemente esperar ou continuar as mesmas políticas gerais que seguem desde a II Guerra Mundial. Outros argumentam que a ameaça soviética mudou tão completamente que os arranjos políticos e de defesa existentes podem ser radicalmente alterados.

Assentes na nossa experiência colectiva de lidar com o mundo comunista, em discussões com os dirigentes soviéticos actuais, incluindo o Sr. Gorbachev, e em estudos de peritos ocidentais, acreditamos que os nossos países têm uma rara oportunidade de mudar a natureza das relações Leste-Oeste de um modo benéfico para o Ocidente, desde que estabeleçam uma agenda e uma estratégia claras. Por outro lado, a passividade ou, o que ainda é pior, uma postura de reacção retardada e descoordenada às iniciativas soviéticas, permitiria que o Kremlin definisse a agenda das relações Leste-Oeste e serviria primordialmente os interesses soviéticos.

Poucos contestarão que os nossos países têm um interesse profundo na evolução interna da União Soviética. Durante mais de quatro décadas, a protecção da nossa segurança nacional e da liberdade de outros povos face ao expansionismo soviético representou um fardo tremendo para os nossos países e, por vezes, mesmo para as nossas relações uns com os outros. Durante este período, tivemos de viver com a ameaça de um conflito devastador. Orgulhamo-nos do facto de as defesas se terem mantido e de se ter dissuadido um conflito militar.

Não esperamos que esses fardos possam ser substancialmente reduzidos de um dia para o outro. O Sr. Gorbachev não pode anular

as diferenças fundamentais dos sistemas, das percepções e dos interesses que separam o bloco soviético do mundo não-comunista pela sua simples vontade. A mudança virá lentamente e de um modo ambivalente. Entretanto, os nossos países terão de se manter fortes e vigilantes. Uma transformação bem sucedida para uma relação mais pacífica entre o Leste e o Oeste não está assegurada. As novas fundações das relações Leste-Oeste, para serem sólidas, têm de ser arduamente construídas, pedra por pedra.

Tendências soviéticas

Geral

A nossa avaliação da União Soviética baseia-se em duas premissas. Em primeiro lugar, as pressões para a mudança nas políticas interna e externa da União Soviética reflectem uma crise do sistema em particular; em segundo lugar, a diminuição das tensões Leste-Oeste no fim dos anos 80 é qualitativamente diferente da dos anteriores períodos da *détente*. A União Soviética encontrou em Mikhail Gorbachev um dirigente excepcional, bastante diferente de qualquer dos seus predecessores. Com o estilo pessoal e o seu faro, Gorbachev enveredou pelas reformas mais rapidamente e de um modo mais completo do que qualquer outro dirigente teria podido fazer. Contudo, estamos persuadidos que são as necessidades objectivas com que a União Soviética se confronta, que estabelecem tanto a necessidade de mudança como a sua orientação. Se o Gorbachev saísse de cena, essas realidades provavelmente sustentariam a sua linha geral e a sua orientação, embora num ritmo mais lento e com um estilo menos efervescente.

Qualquer dirigente soviético teria tido de tentar revitalizar a economia e superar um persistente mal-estar social. Do mesmo modo, a instalação — contrariamente às expectativas soviéticas — das forças nucleares intermédias norte-americanas na Europa Ocidental em resposta ao reforço militar soviético, a prolongada crise na Polónia, a longa disputa com a China, a relação fria com o Japão e o fracasso da intervenção militar soviética no Afeganistão, em conjunto, impuseram uma revisão da política externa soviética.

Os nossos países precisam de definir uma estratégia baseada numa avaliação correcta das necessidades que impulsionam a União Soviética para uma larga reforma interna e para uma redução da confrontação com o Ocidente. Cremos que essas mudanças podem ocorrer mais rapidamente sob a direcção continuada do Sr. Gorbachev do que se os seus conhecidos rivais políticos estivessem no seu lugar.

Ao mesmo tempo, são possíveis equilíbrios muito diferentes entre as reformas políticas e económicas. Pode conceber-se que uma aceleração de esforços para responder às aspirações populares para a melhoria do seu nível de vida possa ser contrabalançada por um fortalecimento da autoridade política central, seguindo o padrão chinês.

A nova diplomacia soviética passou a ter um âmbito sem precedentes. Dirige-se não só aos problemas militares convencionais, mas também às questões políticas e regionais. Além dos problemas do controle de armamentos, os Soviéticos procuraram arranjos para certos conflitos regionais, nomeadamente no caso do Afeganistão. Essa combinação, se for realizada, constitui uma nova concepção de segurança. O Ocidente não pode fazer menos do que estabelecer uma agenda política e de segurança própria e coerente.

Gorbachev declarou publicamente, e voltou a afirmar perante nós, a sua convicção de que, para levar a cabo o seu programa de reformas internas, a União Soviética precisa de melhorar as suas relações com o mundo exterior. De facto, a elevada prioridade que as reformas internas detêm na agenda soviética tem um significado maior para os nossos países do que saber se essas reformas terão ou não sucesso. A prioridade atribuída às reformas internas, por si mesma, deflacta energias da agenda tradicional da Guerra Fria.

A importância do programa de reformas deriva em parte da crise de confiança hoje em dia evidente na União Soviética. Anteriores dirigentes soviéticos tinham poucas dúvidas sobre a superioridade última do sistema económico socialista; não obstante o vasto hiato entre os níveis de vida soviético e ocidental, acreditavam que era uma questão de tempo até que o comunismo alcançasse e ultrapassasse os países capitalistas avançados. O colapso desta esperança — reforçado pelas comparações quotidianas possíveis com as comunicações globais instantâneas — tornou inevitável a mudança de rota introduzida por Gorbachev. Mesmo há dois anos atrás, quando a *perestroika* (reestruturação) mal começava, existia uma forte expectativa de que a economia iria responder rapidamente às reformas encaradas por Gorbachev. Afinal, as dificuldades de realização do programa de reformas, a sua complexidade e o longo período que medeia entre as reformas e os seus resultados concretos foram muito subestimados.

A União Soviética que vimos em Janeiro de 1988 era mais sombria. O optimismo dos anos anteriores desaparecera; encontrámos uma consciência mais realista acerca das enormes dificuldades com que se confrontam os Soviéticos para conseguirem crescer economicamente, quanto mais para fechar o hiato que os separa das democracias capitalistas. Este pano de fundo de pessimismo difuso impele o Sr. Gorbachev a revigorar a economia soviética através da aceleração da reestruturação. E este dilema, mais do que uma qualquer filosofia pacifista abstracta, que força o dirigente soviético a reduzir as tensões nas relações internacionais. Tem todos os incentivos possíveis para reduzir a parte das despesas militares no PNB soviético e procurar relacionamentos económicos benéficos, incluindo o investimento externo, com os países não-socialistas.

As reformas internas

Depois de quatro anos no poder, o programa económico de Gorbachev, do nosso ponto de vista, criou uma grande agitação sem ter alcançado grande coisa de substancial. Mesmo as reformas menores têm produzido efeitos de resposta negativos; por exemplo, a liberdade de formar cooperativas tem tido a oposição dos conservadores e de uma parte importante da opinião pública, com a alegação de que estimulam uma desigualdade injustificável e excessivos privilégios. Também a oferta de arrendamentos agrícolas de longo prazo a agricultores privados não gerou um número adequado de candidatos dispostos a aceitá-la, por causa da preferência de muitos pela posição mais segura, mais familiar e menos exigente, de empregado assalariado de uma propriedade colectiva ou simplesmente por medo de que esta política seja reversível. Ao mesmo tempo, as reformas mais fundamentais e difíceis da estrutura dos preços e da convertibilidade do rublo ainda nem sequer foram tentadas. Se bem que Gorbachev tenha prevalecido sobre uma reacção conservadora no ano passado, muitas das reformas continuam a ser opostas por largos segmentos da administração soviética, enquanto no topo continua a luta sobre a orientação das futuras políticas soviéticas. Ao mesmo tempo, o problemas das nacionalidades tomou-se agudo, nomeadamente nos Estados bálticos, na Arménia e na Geórgia.

O dirigente soviético enfrenta, pois, vários dilemas. As reformas económicas requerem a descentralização do poder. Porém, de início, a descentralização cria uma nova confusão e reduz a capacidade da direcção de controlar a orientação da mudança. De um modo mais crucial, a descentralização desafia a própria legitimidade do estilo soviético de socialismo, fundado numa autoridade altamente centralizada. A *glasnost* é suposta ganhar apoio popular para as reformas mas, ao mesmo tempo, dá à *intelligentsia* uma oportunidade para criticar o ritmo lento da *perestroika*, e para pôr em causa aspectos específicos do programa de reformas. Deste modo, a *perestroika* é atacada pelos conservadores, para quem esta vai longe demais, e pelos intelectuais, para quem não vai suficientemente longe.

As recentes eleições na União Soviética ilustram esta ambivalência. Os resultados foram positivos para Gorbachev, ao enfraquecerem um certo número de opositores às suas reformas. Ao mesmo tempo, demonstram uma impaciência quanto ao ritmo lento do progresso económico, que enfraquece o Partido Comunista e transforma as exigências para uma melhoria económica acelerada na questão dominante da vida política soviética. A insatisfação com a *perestroika*, portanto, tomará mais provavelmente a forma de exigências para mais mudanças económicas radicais do que para um regresso aos padrões comunistas tradicionais.

Finalmente, as reformas só podem ter resultados visíveis para o comum cidadão soviético a longo prazo, enquanto os interesses entrincheirados são imediatamente atingidos pelos ajustamentos necessários. Como no caso da China, a reforma dos preços é um requisito prévio para o êxito do programa

de reformas mas, no curto prazo, é politicamente explosiva. A ameaça crescente da inflação acrescentará argumentos adicionais para adiar as reformas. Estes dilemas tornam a realização do programa de reformas de Gorbachev difícil e arriscada. Simultaneamente, o que está em causa para a União Soviética é enorme, pois trata-se fundamentalmente de um esforço para manter um estatuto de superpotência no século XXI e de atingir um nível de desenvolvimento económico que, pelo menos, não esteja muito distante do dos Estados Unidos, da Comunidade Europeia e do Japão. É óbvio que o caminho para o sucesso *será* longo e muito difícil. O requisito prévio absoluto é uma transformação radical do sistema soviético, que aproximará a URSS dos conceitos ocidentais da economia de mercado e das instituições democráticas. *Essa é a definição de perestroika que os presentes autores apoiam.*

Política externa

A reforma interna gera o «novo pensamento» da política externa soviética de dois modos relevantes, se bem que de algum modo contraditórios.

— Por um lado, em conversa connosco e nos seus discursos públicos, Gorbachev associa explicitamente a necessidade de «previsibilidade» nas relações externas à necessidade soviética de se concentrar na sua agenda interna: «A nossa política externa é, hoje mais do que nunca, largamente determinada pela política interna, pelo nosso interesse em concentrarmos os nossos esforços em actividades construtivas para melhorarmos o nosso país. E é por isso que precisamos de uma paz duradoura e de novas relações internacionais, previsíveis e construtivas.

— Por outro lado, uma vez que a margem de liberdade interna de Gorbachev é limitada e altamente vulnerável ao fracasso, a sua tendência é cada vez mais a de procurar êxitos na política externa como compensação. Isto tenta-o a enfraquecer, se não a quebrar, os vínculos *entre* os Estados Unidos e os seus aliados na Europa Ocidental e na Ásia e, em geral, a empurrar os Estados Unidos de volta para o hemisfério ocidental. Os países democráticos têm de resistir a esta estratégia.

Ao prosseguir o primeiro lado desta política — o de uma acomodação genuína — a nova aproximação de Gorbachev pôs em causa alguns dos preceitos fundamentais da tradicional política externa soviética e, até, da política imperial russa. Gorbachev declarou que a segurança soviética não pode ser alcançada à custa da insegurança de outros países. O valor de um reforço maciço de armas-estratégicas como uma estratégia política foi posto em causa em debates na União Soviética. A dependência tradicional num número enorme de tropas e numa superioridade convencional maciça está a ser posta em causa, mesmo em altos círculos militares. Esta mudança de atitude é evidente na retirada soviética do Afeganistão e na pressão sobre o Vietnam para a retirada das suas forças do Cambodja. A aceitação do risco de colapso de um governo comunista no Afeganistão não tem precedentes na União Soviética.

A decisão de reduzir em 500 mil homens a força das tropas soviéticas, que Gorbachev anunciou perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em Dezembro de 1988, tem provavelmente em vista reduzir o enorme déficit orçamental e, sobretudo, modernizar as forças armadas soviéticas. Apesar disso, deve ser reconhecida como um primeiro passo para uma redução recíproca e equilibrada das forças convencionais.

No prosseguimento do segundo lado da política soviética ainda há áreas importantes em que as políticas soviéticas desafiam os Estados Unidos e os seus aliados. Por exemplo, nas nossas discussões com os dirigentes soviéticos era claro que a União Soviética não estava ainda preparada para pôr em prática na Europa Oriental o princípio de não-intervenção que Gorbachev proclamou perante as Nações Unidas, nem o de uma relação entre iguais, que parece estar a praticar no que respeita à China. A União Soviética também não demonstrou vontade de reconhecer a reivindicação japonesa sobre os «Territórios do Norte» ocupados pela URSS. Continua a apoiar regimes hostis aos Estados Unidos no hemisfério ocidental.

A União Soviética continuará a ser uma das principais potências militares na Eurásia. Enquanto subsistir a sua vantagem militar relativa, a ameaça da força continuará a ser um factor significativo nas relações internacionais. As democracias têm um interesse comum em resistir à estratégia que visa empurrar os Estados Unidos de volta para o hemisfério ocidental, pois, se esta tivesse sucesso, a União Soviética poderia então empregar a sua posição geográfica central para enfraquecer e dividir os seus vizinhos um por um. Certos aspectos da actual política soviética, em especial na Europa, são consistentes com este objectivo de longo prazo.

As democracias devem, pois, aprender a lidar com o estilo de Gorbachev, que é o de inundar o processo de decisão ocidental com uma série rápida de movimentos unilaterais, alguns que representam concessões genuínas, outros largamente centrados na guerra psicológica. Para haver verdadeiro progresso, a política ocidental deve separar as concessões reais das aberturas propagandísticas e responder em dois níveis: à substância e ao lado de relações públicas. Temos de desenvolver as nossas próprias iniciativas e as nossas próprias políticas e avançar com as nossas ideias, que reflectem o que os nossos países entendem por um mundo pacífico e as aspirações do nosso povo pelo progresso e pela democracia.

A agenda trilateral

A relação estratégica

Está a tomar forma um novo diálogo estratégico entre o Leste e o Oeste, impulsionado pela assinatura do tratado sobre as Forças Nucleares Intermédias, a convocação das negociações sobre armamentos e forças convencionais em Viena e pelo progresso nas negociações sobre a

redução de armas estratégicas entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Um tema comum deste novo diálogo considera desejável alcançar reduções substanciais em certas categorias de armas e de forças. Gorbachev adoptou este tema; foi esse o seu critério ostensivo para aceitar a opção zero nas conversações sobre Forças Nucleares Intermédias. Também propôs a eliminação de armas nucleares de curto alcance na Europa; em Viena, a sua delegação propôs uma redução das forças convencionais e dos principais sistemas de armas, em três etapas, a níveis inferiores ao da posição actual da OTAN; e anunciou uma redução unilateral de 500 mil homens nas suas forças armadas, incluindo a retirada de carros de combate e de divisões blindadas da Europa Oriental, bem como a redução de forças na Ásia Oriental.

Tomamos igualmente nota de que vários porta-vozes soviéticos, fazendo eco a Gorbachev, falam em adoptar uma defesa «defensiva» e o critério de «suficiência razoável» para medir as suas forças — sugerindo a possibilidade de uma importante viragem na doutrina militar soviética. Tudo isto tem de ser posto à prova nas negociações e no próprio dispositivo de forças, bem como na prática militar, para lá das boas palavras.

Estas iniciativas provocam uma resposta positiva na opinião pública ocidental e contribuem para criar pressões para reduzir os custos da defesa. Geram um debate sobre que categorias deveriam ser prioritariamente reduzidas — armas nucleares tácticas ou armas convencionais — e sobre até que ponto o Ocidente pode ir na redução das suas forças nucleares sem enfraquecer a sua defesa e a sua capacidade de dissuasão. Em pano de fundo está o velho debate sobre o papel do controle dos armamentos para garantir a segurança e a ligação entre o controle de armamentos e as questões geopolíticas. Além disso, há uma infeliz tendência para tratar a defesa e o controle de armamentos como alternativas e não como questões complementares.

A nossa análise da situação estratégica fundamenta-se em três premissas:

(1) A pressão para reduções na União Soviética em parte reflecte uma necessidade económica, isto é, a impossibilidade de realizar os objectivos económicos da *perestroika* nas condições de uma corrida armamentista. Isto é tanto mais assim quando, até agora, as democracias se mostraram capazes de manter um equilíbrio militar a qualquer nível requerido.

(2) Em parte, os movimentos soviéticos reflectem um desígnio estratégico: os dirigentes soviéticos podem acreditar que a localização geográfica central da União Soviética, e a sua superioridade em forças convencionais e em reservas mobilizáveis, lhe conferem uma vantagem inerente em qualquer programa de redução de armamentos.

(3) Não obstante, as democracias deviam aceitar que a redução de armamentos se torne um tema central do diálogo Leste-Oeste *na condição* de não se esquecerem que as reduções não são um fim em si

mesmas. O que tornou o início das reduções possível foi a vontade de assegurar que, a cada nível de reduções, a dissuasão se mantém e, de preferência, se fortalece. Um tal conceito de «desarmamento dissuasor» deve responder a dois critérios: primeiro — para reiterar o conceito básico — a dissuasão ocidental deve manter-se sem perder a credibilidade e a capacidade anterior a cada nível de redução; e, em segundo lugar, a capacidade de defesa deve ser reforçada em resultado das reduções de ambas as partes. Para aplicar estes critérios, o novo equilíbrio de forças deve ser cuidadosamente avaliado antes e durante cada etapa do processo de controle de armamentos. Este conceito de segurança, reconciliando as reduções, a dissuasão e a defesa em cada nível previsível de reduções, ainda não está definido. É uma das tarefas mais urgentes dos nossos governos, que tem de ser articulada com as circunstâncias políticas, económicas e militares que prevalecerem nos anos 90. A evolução política da Europa, que será discutida mais à frente, tem de ser uma componente central deste conceito. Ao desenvolver este novo conceito de segurança, as seguintes questões terão de ser abordadas:

— Os termos de um acordo sobre as armas estratégicas devem produzir uma relação estratégica mais estável do que seria o caso na ausência desse acordo. Qualquer redução de armas estratégicas deve ser acompanhada de esforços para gerar apoio público, do Congresso e dos parlamentos para os programas que possam ser necessários para a sobrevivência das armas estratégicas, tais como os mísseis móveis ou um maior número de submarinos.

— O controle dos armamentos convencionais passou a ser aceite no Ocidente. Porém, os actuais desequilíbrios convencionais e as realidades geográficas subjacentes são altamente favoráveis à União Soviética.

Esses desequilíbrios tornaram-se, além disso, ainda mais críticos na sequência da retirada de importantes forças nucleares ao abrigo do tratado sobre as Forças Nucleares Intermédias. Para as democracias, é essencial determinar qual é o menor nível de forças convencionais da OTAN compatível com uma defesa convencional que não seja menos eficaz do que a actual. Todos os governos têm a obrigação de assegurar que os seus esforços de defesa não desçam abaixo desse nível mínimo no decurso das reduções — um desafio difícil uma vez que as propostas soviéticas serão, pelo menos em parte, desenhadas para reduzir as forças ocidentais abaixo de um nível mínimo militarmente aceitável.

— A relação entre ulteriores reduções de armas nucleares e o controle dos armamentos convencionais deve ser cuidadosamente avaliado. Gorbachev isolou as armas nucleares e está, de facto, a fazer pressões para a desnuclearização — ou pelo menos para desnuclearização da Europa Central —, uma ideia apelativa para certos segmentos da opinião pública ocidental. Porém, tal é, na nossa opinião, incompatível com a dissuasão. Além disso, outro acordo de

redução das armas estratégicas pode ser alcançado antes de qualquer acordo sobre os armamentos convencionais estar completo. Contudo, na nossa opinião, as fases finais da realização desse acordo deviam esperar pela finalização de um acordo sobre o controle de armamentos convencionais.

— O impacto político da redução de forças convencionais na Europa — tanto na Europa Oriental como na Ocidental — será profundo. Tem de estar relacionado com o processo de unificação europeia ocidental, as várias ideias de uma «casa comum europeia» correntemente em voga na Europa, e o papel dos Estados Unidos num tal desígnio.

— Um conceito de «desarmamento dissuasor» deve, finalmente, tentar resolver o debate sobre as defesas estratégicas. Desde o anúncio da Iniciativa de Defesa Estratégica pelo presidente Reagan, o foco da crítica tem-se concentrado no largo objectivo de uma defesa invulnerável que, se for de todo possível, está a décadas de distância. Mas não tem havido um exame reflectido — nem nos Estados Unidos, nem na Aliança — sobre as opções intermédias, por exemplo para a defesa das instalações dos mísseis balísticos americanos, ou de populações aliadas contra ataques em pequena escala. Seria uma lamentável decisão dispensar completamente a defesa e deixar as populações vulneráveis a qualquer nível de ataque nuclear.

Em suma, a relação estratégica e de segurança entre o Leste e o Oeste precisa de voltar a ser definida. O controle dos armamentos, quer regional, quer estratégico, continua a ser extremamente importante. Mas tem de estar relacionado com os mais largos objectivos da segurança e da política externa. Deve ser desenvolvido de um modo que aumente as oportunidades para ajustamentos políticos e, a este respeito, como se tratará noutras secções, o papel da Europa tornar-se-á inexcusavelmente importante. Assim, somos a favor de uma política de paralelismo, em que as reduções estejam intimamente ligadas a um conceito de defesa forte a cada nível e a oportunidades para fazer avançar questões políticas.

Os conflitos regionais

Até há pouco, existiu uma falta de sentido de urgência na resolução dos conflitos regionais ou na sua ligação íntima com outros aspectos das relações Leste-Oeste. Porém, a História mostra que as tensões emergem com maior frequência em resultado de um conflito político do que por causa da instalação de armas. Além disso, conflitos ou tensões prolongadas nessas áreas — como na Coreia, na Indochina, no Médio Oriente ou na América Central — são uma tragédia humana de proporções imensas. Os acordos no Afeganistão e em Angola e os progressos no Camboja são evoluções esperançosas.

As inevitáveis transformações nos equilíbrios globais provavelmente não ocorrerão sem crises e as relações americano-soviéticas serão centrais para manter a paz. Estas transformações emergentes devem merecer uma

atenção sistemática, pois a longo prazo terão implicações ainda mais relevantes do que o controle de armamentos ou o comércio.

Um desses desafios (tratado na secção seguinte) diz respeito à nova relação emergente entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental. As negociações para o controle de armamentos convencionais abrirão inevitavelmente de novo a questão do futuro político da Europa Oriental, tal como o fará o processo de reformas na União Soviética. Até agora, a União Soviética ligou a sua segurança militar aos regimes na Europa Oriental, cujas instabilidades criam a sua própria dinâmica. Este é um perigo a longo prazo, até para a própria União Soviética. Na secção sobre as relações Leste-Oeste na Europa apresentaremos a nossa opinião sobre como transformar as relações políticas na Europa.

Não podemos esperar eliminar todos os conflitos locais, mas os nossos países deviam procurar encorajar mudanças pacíficas. Ao mesmo tempo, um dos testes importantes da nova relação Leste-Oeste é o de saber se a União Soviética está disposta a não cair na tentação de explorar os conflitos locais.

O futuro da Europa

Há muito que no Ocidente se reconhece, e muitos na Europa Oriental reconhecem-no também, que a relação que Moscovo impôs nesses países depois da II Guerra Mundial é artificial e, a longo prazo, insustentável. O comunismo não satisfará as necessidades materiais da Europa Oriental e ainda menos as suas aspirações culturais e políticas. A história do post-II Guerra Mundial está repleta de esforços dos países da Europa Oriental para alterar esta relação não-natural, pela revolução ou através de meios mais subtis destinados a evitar contramedidas soviéticas.

A *perestroika* de Gorbachev é uma forma de admitir que o sistema económico comunista soviético não funcionou na União Soviética e, portanto, ainda menos na Europa Oriental; a *glasnost* implica que este facto pode e deve ser abertamente admitido. A ineficácia económica e o desafio à legitimidade dos partidos comunistas no poder são como nunca cruamente evidentes. A realidade subjacente é a causa do crescente fermento. Os nossos países estão perante um dilema quanto à Europa Oriental. Esta-mos empenhados no progresso que tornará possível aos países da Europa Oriental determinar o seu próprio futuro. Mas não queremos dar pretexto a uma nova intervenção soviética, que atrasaria a evolução para a liberdade na Europa Oriental e fortaleceria as forças conservadoras na União Soviética. E claro que devemos continuar a sublinhar as diferenças entre a democracia no Ocidente e o modo como os sistemas políticos realmente funcionam no Leste. Devemos apoiar todos os movimentos em direcção a uma economia de mercado e a instituições democráticas. Devemos manter um esforço sério para derrubar as barreiras que impedem um fluxo mais livre das pessoas e das ideias na Europa Central. E devemos insistir para a remoção da chamada Doutrina

Brejnev, que tem sido usada para justificar a intervenção militar soviética na Europa Oriental.

A frase de Gorbachev sobre a «Casa Comum Europeia» ignora as diferenças fundamentais entre a Europa Ocidental, a Europa Oriental e a União Soviética. Num certo plano, podemos reconhecer nesta frase um desejo de uma relação mais aberta e pacífica, um quadro estabelecido pela Acta Final da Helsínquia e por outros documentos da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Nesse sentido, há espaço para colaboração em certas áreas práticas. Os problemas ambientais, incluindo a segurança nuclear e as melhorias nos transportes e nas comunicações, são exemplos que merecem prioridade.

Num outro plano, o conceito de uma «Casa Europeia» pode ser interpretado como um esforço para dissociar os Estados Unidos da Europa. Rejeitamos categoricamente qualquer política deste tipo.

A nossa política europeia devia, pois, distinguir entre três realidades distintas:

(1) A Europa Ocidental, composta pelos doze países das Comunidades Europeias cada vez mais integrados numa única Comunidade Europeia com o seu próprio sistema de relações externas, em conjunto com os países da EFTA.

(2) A União Soviética, que se estende pela Ásia e portanto não é um país inteiramente europeu.

(3) Os países da Europa Central e Oriental têm uma característica especial. São membros do Pacto de Varsóvia e como tal participantes nas negociações sobre o controle dos armamentos convencionais entre o Leste e o Oeste. Ao mesmo tempo, fazem historicamente parte da Europa e tem uma vontade crescente de participar em pelo menos certos aspectos da unificação europeia, bem como de obter um maior controle sobre os seus destinos políticos nacionais.

Para estes países é, pois, importante *definir uma categoria de associação com a Comunidade Europeia com base no artigo 238.º do Tratado de Roma**. Este tipo de associação deve ser visto como um tipo novo de relacionamento adaptado às circunstâncias especiais dos países a que se refere. Esta relação não incluirá, no futuro previsível, qualquer dimensão política ou de segurança. Mas um tal acordo deveria ser acompanhado de um empenhamento completo na realização das obrigações do acordo de Helsínquia e dos subseqüentes acordos sobre os direitos humanos, com disposições efectivas para verificar o seu cumprimento.

* Artigo 238.º:

«A Comunidade pode concluir com qualquer Estado terceiro, união de Estados ou organização internacional, acordos destinados a criar uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocas, acções em comum e procedimentos especiais. Tais acordos são concluídos pelo Conselho, deliberando por unanimidade, após consulta da Assembleia. Quando esses acordos implicarem alterações ao presente Tratado, estas devem ser previamente adoptadas de acordo com o processo previsto no artigo 236.º»

Sugerimos que o Conselho Europeu (os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Europeia) anunciasse a sua intenção de iniciar o exame das modalidades de tal arranjo. Este não deveria estar especificamente ligado ao caso de qualquer um dos países da Europa Oriental, e devia estabelecer o quadro para o tipo de associação que poderia vir a ser negociado em detalhe com aqueles países que manifestem o seu interesse e preencham as condições necessárias.

Quanto à relação entre a Europa Oriental e a URSS, a questão chave é a de saber se a URSS está preparada para proceder a uma reavaliação dos seus interesses de segurança na Europa Oriental. Tomamos nota da declaração de Gorbachev de que «a segurança já não pode ser garantida por meios militares». Devemos procurar novos padrões na Europa Central e Oriental que tornem possível uma evolução política e económica reflectindo as aspirações populares. Os nossos países deviam claramente declarar que não têm qualquer intenção de pôr em causa legítimos interesses de segurança soviéticos. Mas não aceitamos que esses interesses de segurança incluam o direito de intervenção militar na Europa Oriental, ou de imposição de regimes rejeitados pela população.

As relações económicas Leste-Oeste

Declarámos numa secção anterior que aceitamos a *perestroika* na medida em que esta torna a União Soviética mais próxima da economia de mercado e das instituições democráticas: Uma tal evolução faria quase automaticamente com que a União Soviética se tornasse cada vez mais uma parte integrante da economia mundial. Era, sem dúvida, nisso que Gorbachev pensava quando declarou a sua intenção de que a União Soviética se deveria tornar um participante «normal» nas relações económicas internacionais, com o rublo tornado convertível. Apoiamos este objectivo, mas queremos levantar um certo número de questões pertinentes. A primeira diz respeito à atitude dos nossos países acerca das relações económicas normalizadas em *áreas* como o comércio, o investimento, as transferências de tecnologia sem implicações militares, os empréstimos comerciais e os créditos ao comércio.

Os países ocidentais têm um interesse comum em evitar periódicas injeções maciças de crédito na União Soviética: para a União Soviética isso representa uma situação de endividamento duradouro, e para os países industrializados significaria um apoio aberto a uma economia desequilibrada — sem as necessárias reformas fundamentais nos preços, empresas mais livres e a convertibilidade do rublo — e a comportamentos potencialmente irresponsáveis. Portanto, somos contra um financiamento global da União Soviética. Mas, num quadro de tensões internacionais reduzidas, encaramos a possibilidade de apoiar mudanças e reformas económicas e sociais específicas. Se a União Soviética reduzir os seus gastos militares de modo significativo, e se se comportar responsabilmente nos conflitos regionais, propomos que os nossos países apoiem actividades que possam promover uma mudança

económica tendente a uma economia de mercado e a instituições democráticas.

Especificamente:

– A multiplicação de *joint ventures* para promover bens de consumo devia ser encorajada. O capital ocidental assim investido podia receber o mesmo grau de garantia aplicado às vendas de bens de capital. Essa cobertura seria em parte assegurada por uma instituição especializada a criar no quadro da Comunidade Europeia ou da OCDE.

— Poderia ser dado apoio financeiro a novas instituições estabelecidas na União Soviética para obter financiamentos ou formação para pequenas empresas, novas indústrias de serviços e para o sector privado na agricultura.

Somos a favor da atribuição à União Soviética do estatuto de observador em instituições internacionais, como o GATT e o FMI. Tal pode facilitar a adaptação pela União Soviética das suas próprias regras às práticas internacionais normais. Pelas mesmas razões, os nossos países deviam estar prontos a facilitar qualquer decisão da União Soviética para trazer o rublo para valores mais próximos do seu valor de mercado e a apoiar iniciativas para a sua convertibilidade. Contudo, o estatuto de membro de pleno direito das instituições económicas internacionais não pode ser considerado para a União Soviética, até ser claro que esta está preparada para aceitar as obrigações decorrentes desse estatuto e que o seu sistema económico se alterou o suficiente para assegurar benefícios recíprocos para os seus parceiros económicos.

À venda de bens ou de tecnologia militarmente sensíveis devia ser tratada como parte do relacionamento estratégico, e não do relacionamento económico. Enquanto a União Soviética constituir uma ameaça potencial, é importante manter sob controle a venda de produtos estratégicos à União Soviética e aos seus aliados. Para ser eficaz, qualquer sistema de controle deve incluir todas as democracias industriais chave, o que torna inevitáveis concessões mútuas e compromissos dentro do princípio básico. Para operar com eficácia, o COCOM deve ter o apoio dos nossos governos e a compreensão das nossas comunidades empresariais. A justificação para o sistema e para a restrição de certos produtos deve ser convincente. Numa era em que melhoram as relações Leste-Oeste, é essencial uma consulta mais estreita sobre controles estratégicos entre as nossas nações, tanto para a assegurar a sua solidariedade, como para desenvolver uma estratégia eficaz de liberalização desses controles, uma vez que a redução da ameaça ao Ocidente o permita.

O papel da União Soviética na Ásia

Há diferenças elementares nas situações geopolíticas da Europa e da Ásia. Na Europa existe uma tradição cultural comum que, com muitas variantes, se estende do Mediterrâneo até à União Soviética. A Ásia não só é muito mais variada culturalmente, como a União Soviética mal faz parte de qualquer tradição cultural asiática. Na Europa, têm existido alianças estratégicas

estáveis e coerentes, com o Pacto de Varsóvia de um lado e a OTAN do outro. Os países europeus fora destes pactos têm políticas confirmadas de neutralidade e não constituem objectivos para qualquer das partes. A Ásia é uma região de alianças bilaterais (mesmo o Tratado de Manila tem um carácter mais bilateral do que colectivo) e de alinhamentos mutáveis. Existem muitas linhas de conflito real ou potencial fora do quadro Leste-Oeste, incluindo a desconfiança recíproca e o relacionamento conflitual entre os países socialistas da região. A coerência da Europa está reflectida nos Acordos de Helsínquia, em que países tanto do Oeste como do Leste acordaram sobre princípios das suas relações e sobre medidas de segurança e de confiança para reduzir as tensões. Gorbachev propôs um tratado do mesmo tipo para a Ásia, mas neste meio mais diverso ainda não existem condições para medidas do mesmo tipo. Ao contrário do que se passa na Europa, persistem muitas das questões conflituais do post-II Guerra Mundial, incluindo a divisão da península coreana e a questão dos «Territórios do Norte» do Japão.

A União Soviética de Gorbachev tem feito intensos esforços para ser aceite como parte da região da Ásia-Pacífico. No entanto, apesar dos seus enormes territórios asiáticos, a URSS é geralmente vista como uma potência exterior. A própria ênfase de Gorbachev no tema da «Casa Comum Europeia» revela para os Asiáticos a orientação de Moscovo, mais virada para a Europa do que para a Ásia. A maior parte das áreas marítimas soviéticas no Pacífico estão fechadas ao comércio. Os Soviéticos que a maior parte dos Asiáticos contacta são habitualmente Europeus. A União Soviética só aparece significativamente na Ásia numa única dimensão — como potência militar. Entendemos que a redução da presença militar soviética da Europa deve ser acompanhada por reduções comparáveis na Ásia, incluindo as províncias marítimas que se situam frente ao Japão. Esperamos que a União Soviética tenha um comportamento construtivo para impedir mais tensões na península da Coreia, na Indochina e na Ásia do Sul. Entendemos também necessária a resolução positiva da disputa territorial entre a União Soviética e o Japão acerca da ocupação soviética das quatro ilhas nortenhas japonesas. Os nossos países precisam de fortalecer as suas relações com a República Popular da China e com a Índia, que serão actores regionais cada vez mais importantes.

Finalmente, existe a longo prazo o problema da relação entre a União Soviética e a comunidade emergente da Ásia-Pacífico. Não deveriam haver obstáculos a que a União Soviética se tome eventualmente um parceiro na comunidade da Ásia-Pacífico se as suas forças militares na região forem reduzidas, se as questões pendentes forem resolvidas uma a uma, e se a União Soviética remover as barreiras que actualmente impedem a cooperação entre os seus territórios asiáticos e os seus vizinhos.

A protecção dos direitos humanos

Os nossos países têm uma profunda preocupação, assente nos nossos valores básicos, sobre a liberdade pessoal de todas as pessoas, incluindo as

da União Soviética e dos países da Europa Oriental. Devemos promover a importância dos laços familiares por sobre as fronteiras, bem como as trocas entre grupos profissionais, cientistas, atletas e artistas. Os acordos de Helsínquia garantem o respeito pelos direitos humanos fundamentais e a liberdade de circulação das pessoas, das ideias e da informação. O processo da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia estabeleceu critérios para a avaliar os progressos nessas áreas, bem como os respectivos mecanismos de fiscalização. Na própria União Soviética, Gorbachev iniciou algumas reformas e anunciou outras. Para serem efectivamente significativas, estas devem estar escoradas na legislação nacional e em acordos internacionais vinculativos, protegidas por mecanismos judiciais independentes e adequados. Insistimos em que existe uma ligação *entre* a moderação na política externa e a liberdade democrática interna.

Sumário

Uma estratégia ocidental eficaz deve assentar em dois princípios: os nossos países devem trabalhar em conjunto e têm de estabelecer uma agenda positiva.

Gorbachev é um dirigente vigoroso, que se tem revelado apto a tomar a iniciativa e em conquistar a atenção dos meios de comunicação de massa. Os dirigentes ocidentais não devem colocar-se numa posição defensiva por causa do faro de Gorbachev para lançar iniciativas inconventionais e de surpresa. Isso é tanto mais assim quando os sistemas e as alianças políticas democráticas requerem verdadeiras consultas e a formação de consensos.

As relações com a União Soviética e os seus aliados continuarão a ser uma mistura de confrontação e de cooperação, de contenção e de diálogo. Assim, precisamos de uma agenda positiva, que reflecta a nossa concepção sobre o futuro das relações Leste-Oeste e que sirva ainda como uma medida para avaliar tanto as iniciativas como a *performance* soviética.

— A relação competitiva entre o Leste e o Oeste não desaparecerá, embora possa diminuir a sua importância relativa face a outras tendências das relações internacionais. Quatro anos de reformas tentativas na União Soviética abriram caminhos novos de diálogo e de cooperação, mas não nos permitem considerar desde já que as relações Leste-Oeste passaram a ter um quadro completamente novo. Qualquer reconciliação geral de interesses em conflito é um processo de longo prazo, e não um objectivo imediato. Mas podemos edificar a base da reconciliação de longo prazo com a resolução de alguns dos problemas tratados neste relatório.

— Uma parte destes problemas têm uma natureza regional. Desse ponto de vista, a próxima cimeira da OTAN terá uma grande importância na definição da política de segurança e de controle de armamentos ocidental. Existem adicionalmente questões subjacentes de natureza

global, que deveriam empenhar tanto os aliados do Pacífico, como as nações ribeirinhas do Atlântico. A cimeira económica das democracias industriais de Williamsburg em 1983 é um exemplo de consulta efectiva e de acção comum por parte das democracias industriais. A próxima cimeira económica de Paris será outra importante oportunidade para a discussão das posições sobre as relações Leste-Oeste, incluindo os interesses de segurança comuns, *entre* os dirigentes das principais democracias industriais.

— As mudanças na ordem interna soviética são principalmente um problema do povo soviético, mas as reformas positivas devem ser encorajadas desde que tornem a União Soviética mais próxima das práticas ocidentais de uma economia de mercado e de instituições democráticas. No entanto, essas mudanças não podem constituir o objectivo principal da política ocidental, que se deve basear no comportamento soviético nas relações internacionais.

— Os nossos países devem continuar a gerir a relação Leste-Oeste com a mesma firmeza e a mesma prudência que mostraram no passado, mas de um modo que tenha em conta as mudanças tanto no clima como na substância. Por outras palavras, deveríamos estar preparados para cooperar selectivamente — mas não incondicionalmente — com a União Soviética, no contexto da adopção pela União Soviética de uma política externa mais conciliatória e de medidas de liberalização e de democratização.

Para formular uma estratégia comum em relação à União Soviética são precisos critérios com os quais o Ocidente possa comprovar a sua eficácia e avaliar o ritmo de progresso. Serão pontos importantes:

1 Progressos no diálogo de segurança Leste-Oeste, tanto político como militar:

— O processo de controle de armamentos deve ser mais sistematicamente relacionado com um conceito de negociações que inclua tanto os aspectos políticos como os aspectos militares da segurança.

— Tanto o Leste como o Oeste parecem preparados para reduções progressivas das despesas e das forças militares. A cada nível, essas reduções devem assegurar a eficácia continuada da capacidade ocidental para impedir a agressão e para desencorajar aventuras militares.

Deste modo, enquanto os Estados Unidos e os Estados membros da OTAN deveriam pressionar vigorosamente a União Soviética para reduzir as suas forças convencionais no teatro europeu, para lá dos cortes unilaterais já anunciados, o objectivo *deverá* ser atingir um ponto em que o perigo de um ataque de surpresa seja mínimo e em que exista um escasso potencial para a mobilização rápida e massiva de reservas na Rússia europeia.

— O Ocidente deve examinar cuidadosamente a ligação entre novos controles das armas nucleares e as reduções de armas convencionais,

em especial na Europa. Ambas deviam manter entre si algum relacionamento genérico.

— Porém, o dispositivo soviético na Europa não pode ser transferido para a Ásia; e o processo de redução de forças pela União Soviética deveria aplicar-se tanto à Ásia como à Europa. Insistimos na resolução positiva da disputa territorial entre a União Soviética e o Japão sobre a ocupação das quatro ilhas nortenhas japonesas.

2 Os acontecimentos no Afeganistão, em Angola e no Camboja são sinais encorajantes de uma nova avaliação dos limites das capacidades soviéticas, mas Moscovo *terá* de demonstrar que se trata de algo mais do que um expediente tático. O que é necessário é a renúncia em princípio e na prática de qualquer exploração das crises regionais por parte de Moscovo.

3 O futuro político dos países da Europa Oriental que fazem agora parte do Pacto de Varsóvia deve merecer uma atenção especial. A sua relação com os interesses legítimos de segurança soviéticos será tratada no decurso das negociações sobre controle de armamentos. Por outro lado, a Europa regressará a uma relação mais natural quando essas nações articularem a sua relação com a Europa Ocidental e a sua própria estrutura política interna. As nações da Europa Central e Oriental que fazem agora parte do Pacto de Varsóvia devem ter a liberdade de estabelecer uma associação económica com a Comunidade Europeia, com base no artigo 238.º do Tratado de Roma. E a União Soviética devia aplicar à Europa Oriental os princípios de não-intervenção nos assuntos internos avançados por Gorbachev perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

4 Os Estados Unidos, o Canadá e as nações da Europa Ocidental têm o direito e a obrigação de requerer que a União Soviética cumpra a Acta Final de Helsínquia e os acordos subsequentes do processo da Conferência de Cooperação e Segurança Europeia, incluindo os últimos acordos alcançados em Viena. Certas novas atitudes em Moscovo deveriam ajudar a criar as condições para novos avanços nas áreas às quais o Ocidente sempre atribuiu uma especial importância, tais como os direitos humanos e a livre circulação de pessoas, de ideias e de informação. Quanto mais estes avanços estejam alicerçados em acordos internacionais vinculativos e na legislação nacional, maior será a nossa confiança na sua permanência.

5 Deve existir uma atitude comum acerca das relações económicas Leste-Oeste:

— Devem evitar-se concessões não-estruturadas e não-coordenadas.

— As relações económicas Leste-Oeste devem reflectir interesses mútuos. É óbvio que a União Soviética não se qualifica para obter o tipo de termos concessionários que são apropriados para o Terceiro Mundo. Os créditos ocidentais e as transferências de tecnologia não são substitutos

de políticas económicas adequadas, de reformas racionais e do esforço nacional.

— Vemos com agrado as reformas económicas na URSS que estão orientadas para a criação de uma estrutura económica relacionada com o mercado. Mas somos contra o «comércio político» que se afasta das regras e das práticas normais do comércio internacional. Ao criarem um clima de confiança para os empresários ocidentais, as democracias industriais devem evitar que o sistema de crédito ocidental, largamente descoordenado, ajude a criar mais uma crise com o desenvolvimento da Europa Oriental e da União Soviética.

— Não somos a favor do financiamento da União Soviética como uma entidade política. Propomos que se apoie, e talvez que se financiem, aquelas mudanças na estrutura económica soviética que a tornarão mais compatível com as práticas e os valores ocidentais — desde que a União Soviética proceda a uma redução significativa das suas despesas militares e tenha uma política externa conciliatória. A modernização daqueles aspectos da economia soviética que promovem a cooperação e um clima de pluralismo, como por exemplo as *joint ventures*, a formação de gestores e a assistência técnica para encorajar a agricultura privada individual, merecem atenção.

— Os nossos países devem aceitar a participação soviética e da Europa Oriental nas instituições económicas internacionais quando esses países estiverem prontos a assumir as obrigações decorrentes desse estatuto e puderem responder aos requisitos normais de acesso. Até lá, apoiamos a sua admissão com o estatuto de observadores.

— Os nossos países devem apoiar medidas da União Soviética para ajustar o valor do rublo ou tomar a iniciativa de criar as condições para a convertibilidade total ou parcial do rublo.

— Houve boas razões para estabelecer o COCOM e há boas razões para o manter. O sistema deve operar com eficácia e equilibradamente, para criar confiança entre os empresários que, pela própria natureza do sistema, este tem inevitavelmente de penalizar.

6 Está aberto o caminho para uma nova aproximação às relações com o Terceiro Mundo. Ambas as partes deviam evitar agravar os conflitos e tentar resolvê-los através dos seus esforços conjuntos. Esperamos ainda que a União Soviética reforce as suas contribuições para o desenvolvimento económico do Terceiro Mundo, através da sua participação nas instituições económicas internacionais relevantes.

Conclusão

A oportunidade para assentar as relações Leste-Oeste numa nova fundação está diante dos nossos países. Para poderem aproveitar esta oportunidade, os nossos países têm de agir a partir de uma análise cuidada e não das boas intenções. Temos de reconhecer que estão a ocorrer mudanças qualitativas na União Soviética, mas também de ser

realistas acerca dos limites e das incertezas da mudança. Os nossos países deviam intensificar as suas consultas sobre a evolução da União Soviética e as suas implicações, bem como aumentar os seus esforços para estabelecer uma estratégia ocidental comum. Devíamos tornar claro perante as nossas opiniões públicas que, nessa base, estamos preparados para fazer todos os esforços e explorar todas as possibilidades para alcançar uma relação construtiva entre o Leste e o Oeste na procura da paz.

O processo trilateral

Este relatório é da responsabilidade dos seus três principais autores. Se bem que apenas estes sejam responsáveis pela análise e pelas conclusões, cada um deles teve a assistência de um autor associado. Com Henry Kissinger trabalhou William Hyland, editor de *Foreign Affairs* e antigo adjunto do presidente dos Estados Unidos para os assuntos de segurança nacional. Jullian Bullard, que até 1988 foi o embaixador britânico na República Federal Alemã, trabalhou com Valéry Giscard d'Estaing. Sir Jullian discutiu ideias para este relatório com os membros europeus da Comissão Trilateral, reunidos em Oslo em Outubro de 1988. Também procedeu a consultas com autoridades e membros da Trilateral, durante as suas visitas a Madrid, Lisboa, Bruxelas, Haia, Copenhague, Roma, Bona e Londres. O autor associado que trabalhou com Yasuhiro Nakasone foi o professor Hiroshi Kimura, do Centro de Estudos Eslavos da Universidade de Hokkaido. Outras pessoas assistiram o Sr. Nakasone, como membros de um grupo de trabalho. Charles E. Morrison, investigador do Centro Japonês para o Intercâmbio Internacional e adjunto do presidente do East-West Center do Hawaii, deu uma importante contribuição para a redacção. Os autores principais e os seus associados — juntamente com Georges Berthoin, David Rockefeller e Yoshio Okawara, da direcção da Comissão Trilateral — tiveram discussões com Mikhail Gorbachev e outros dirigentes soviéticos em Moscovo, de 16 a 18 de Janeiro de 1989. A Trilateral agradece ao Presidium do Soviete Supremo o modo como soube receber a sua delegação.

Este projecto teve início com uma série de encontros bilaterais entre os autores principais na Primavera e no Verão de 1988. Depois, reuniram-se em conjunto com os seus associados em Londres, em 20 e 21 de Setembro de 1988, para discutirem a orientação do relatório e a próxima visita a Moscovo. Os autores principais voltaram a reunir-se repetidamente em Março de 1989. A sua reunião de 8 de Abril de 1989, em Paris, antecedeu a discussão do relatório na reunião anual da Comissão Trilateral, que teve lugar a 10 de Abril. O relatório foi finalizado logo depois desta reunião.

As relações Leste-Oeste | **V. Giscard D'Estaing**
Relatório do Grupo de Trabalho | **Yasuhiro Nakasone**
à Comissão Trilateral | **Henry A. Kissinger**